



Quilombo Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará: Histórias, memórias e saberes tradicionais

Tânia Gorayeb Sucupira¹
Cristine Brandenburg²
José Gerardo Vasconcelos³

Resumo: Dissertar acerca de temas que tratam da negritude do povo brasileiro é transitar por universo historicamente rico e polêmico. Este artigo apresenta o povoado quilombola Boqueirão da Arara, no Ceará, ressaltando das narrativas colhidas das memórias de idosos quilombolas (Bosi, 1994) detalhes da história da formação da comunidade, traços da cultura ancestral africana (Anjos, 2009) e exemplos de saberes tradicionais e práticas educativas que são transmitidas ao longo de gerações. O método de pesquisa em História Oral (Turato, 2003) desvela o construto histórico, analisando e interpretando reminiscências nas memórias individual e coletiva: aspectos vivenciais, mobilidades sociais, heranças culturais, práticas educativas e saberes ancestrais. Ao rever contexto e percurso de movimento e luta social em busca de visibilidade para as questões etnicorraciais, a contribuição do movimento popular negro destaca uma série de debates e reivindicações que resultaram em conquistas cidadãs específicas: ações afirmativas e políticas de inclusão de afro-brasileiros em institutos sociais.

Palavras-chave: Quilombo, histórias, memórias, educação.

Quilombo of Boqueirao of Arara, Caucaia, Ceará: Stories, memories and traditional knowledge

¹ Graduação em Pedagogia, Universidade Federal do Ceará (2008), Especialização em Gestão Escola e Coordenação Pedagógica, Faculdade Kurius (2011), Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará (2015), Doutorado, Universidade Federal do Ceará, em curso. E-mail: thanasucupira@yahoo.com.br

² Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Bolsista CNPq. Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Bolsista CNPq (2015). Especialista em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (2017). Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2008). E-mail: crisfisio13@gmail.com

³ Professor Titular de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará. Possui Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1988), Bacharelado em Filosofia Política pela Universidade Estadual do Ceará (1989), Especialização em Filosofia Política pela Universidade Estadual do Ceará (1990), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1993), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1997), Pós-Doutorado em Artes Cênicas, pela Escola de Teatro, da Universidade Federal da Bahia (2002), Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2011 - 2012), Pós-Doutorado em História da Educação pelo Centro de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015 -). Líder do Grupo de Pesquisa de História e Memória da Educação do CNPq - NHIME. E-mail: gerardo.vasconcelos@bol.com.br

Abstract: Lecture on topics dealing with the Brazilian people negritude is transiting historically rich and controversial universe. This article presents the village quilombo Boqueirao of Arara, in Ceará, stressing the narratives taken from the Maroons elderly memories (Bosi, 1994) community training history details, traces of African ancestral culture (Angels, 2009) and traditional knowledge examples and educational practices that are transmitted over generations. The research method in Oral History (Turato, 2003) reveals the historical construct, analyzing and interpreting reminiscences in individual and collective memories: experiential, social mobility, cultural heritage, educational practices and traditional knowledge. In reviewing the context and course of movement and social struggle in search of visibility for *etnicorraciais* issues, the contribution of black people's movement highlights a number of discussions and claims that resulted in citizens specific achievements: affirmative actions and policies of inclusion of African-Brazilians social institutes.

Keywords: Quilombo, memories, histories, education.

La Aldea de Boquerón de Arara, Caucaia, Ceará: Historias, recuerdos y conocimientos tradicionales

Resumen: Escribir sobre temas que tratan sobre la negritud del pueblo brasileño significa transitar por un universo históricamente rico y controvertido. En este artículo se presenta el pueblo de Boquerón de Arara, en Ceará, resaltando de las narrativas tomadas de los ancianos de la aldea (Bosi, 1994) detalles del historial de formación de la comunidad, huellas de la cultura africana ancestral (Anjos, 2009) y ejemplos de conocimientos tradicionales y prácticas educativas que se transmiten de generación en generación. El método de investigación en Historia Oral (Turato, 2003) desvela el constructo histórico, analizando e interpretando reminiscencias en las memorias individuales y colectivas: la experiencia, la movilidad social, el patrimonio cultural, las prácticas educativas y los conocimientos tradicionales. Al examinar el contexto y el curso del movimiento y la lucha social en busca de visibilidad para las cuestiones étnico-raciales, la contribución del movimiento de personas de raza negra destaca una serie de debates y reivindicaciones que resultaron en conquistas ciudadanas específicas: acciones afirmativas y políticas de inclusión de los afro-brasileños en los institutos sociales.

Palabras-clave: Quilombo, memorias, historias, educación.

Introdução

O ensaio apresenta singularidades do povoado tradicional Boqueirão da Arara, localizado no litoral Oeste do Ceará, e de membros de famílias remanescentes, descendentes diretos de antigos escravos na região. Esses resultados fazem parte da dissertação de mestrado de Sucupira (2015), a qual privilegia, na pesquisa original, histórias, memórias e práticas educativas dessa comunidade.

Das reminiscências de velhos quilombolas, reconstitui-se a trajetória de formação do quilombo, ressaltando marcas de ancestralidade que persistem na cultura. Dos momentos de observações do cotidiano e interpretação das narrativas orais, ressaltam-se saberes tradicionais e práticas educativas que resistem ao tempo, sendo transmitidas ao longo de gerações.

Entre os objetivos, destacam-se: expor a contemporaneidade do quilombo, analisando a tessitura sociocultural de quilombolas; revelar e compreender reminiscências colhidas em narrativas de memórias individual e coletiva, em especial de quilombolas idosos, recompondo traços do construto histórico do território: aspectos vivenciais, mobilidades sociais, heranças culturais, práticas educativas e saberes ancestrais, recorrendo à genealogia que cerca o instituto quilombo como espaço de comunidades negras e buscando atualizar e ressignificar o conceito, segundo concepções adequadas à atualidade.

No imaginário popular “ainda é muito presente a definição colonial de quilombo como espaço apenas de fuga de “escravos” negros (as)”, conforme apontam Santos, Silva e Sato (2015, p. 151). O termo remete, quase sempre, à imagem remota de escravos fugitivos e rebelados, consoante descreve Moura (1987), vivendo alheios às conquistas advindas com o progresso e distantes dos recursos tecnológicos que facilitam a vida na sociedade moderna e informacional. A recorrência mnemônica, muitas vezes ligada a Zumbi, o herói da resistência da Serra da Barriga, em Alagoas, deve-se, em parte, ao fato histórico da exploração contra os negros, que remonta aos tempos da monarquia no Brasil, conforme assinala Freitas (1981).

Portanto, importa buscar elementos no universo de relações sociais e práticas do cotidiano de comunidades tradicionais negras na contemporaneidade que justifiquem a atualização e fundamentem a ressignificação dos conceitos de quilombo e quilombola na compreensão popular, assim como se fazem com tantas outras concepções, as quais ganham novas visões e são naturalmente ressignificadas no senso social comum.

Passados séculos, dos tempos de cativo ao fim da escravidão no Brasil, frequentemente ainda é usual associar a quilombos atuais imagens e costumes próprios a um passado remoto: reunião de índios e escravos rebelados, fugitivos e embrenhados. Sendo assim, torna-se relevante realizar e socializar estudos sistematizados que contemplem especificidades de comunidades quilombolas remanescentes, de forma a superar o desconhecimento popular acerca da configuração dessas comunidades tradicionais na atualidade, superando preconceções estigmatizadas que se encontram arraigadas no imaginário coletivo.

O procedimento de investigação utiliza percurso metodológico em história oral temática, com a oralidade como epicentro, em termos de Lozano (2006), utilizando suportes documentais (Meihy; Ribeiro, 2011), como a fotografia, para concorrer com as narrativas dos velhos quilombolas, atendendo à indicação de Bosi (1987). Através de

entrevistas semiabertas, os documentos colhidos esperam registrar o depoimento de moradores idosos, permitindo acessar as “histórias dentro da história” (Alberti, 2005, p. 155) e, dessa forma, reconstituir, compreender e interpretar contextos do passado, pois as narrativas biográficas reportam à formação do quilombo.

Turato (2003) sugere utilizar a história oral para investigar lembranças, esquecimentos e subjetividades, abordando o conjunto a partir de suas significações e ressignificações, as representações psíquicas e sociais, simbolismos e simbolizações, buscando, dos relatos orais, as percepções, pontos de vista e experiências acumuladas ao longo da vida. Esse exercício analítico importa para lançar luz sobre as interpretações que os homens constroem sobre si e sobre seus artefatos, clareando, inclusive, o que pensam e sentem acerca de suas vivências pessoais e grupais, em acordo com Meihy e Holanda (2007).

Meihy e Ribeiro (2011) orientam o caminho para o tratamento científico de documentos imagéticos, uma vez que a fotografia está inserida como recurso importante para apresentar e descrever um recorte espaço-temporal do cenário visual da comunidade tradicional, pois a inferência das imagens possibilita acesso a um universo de percepções, análises e entendimentos acerca do conteúdo imagético capturado.

Partindo da leitura do conteúdo visual, espera-se confrontar e/ou desconstruir representações existentes em âmbito imaginário, de caráter simbólico, resultantes da “[...] força intrínseca de algumas imagens e de um poder de animação da imaginação”, nas palavras de Wunenburger (2007, p. 14), levando à reflexão de significados e significações em torno do conceito de quilombo e quilombola presentes no senso comum que não correspondem, no todo ou em parte, à realidade.

Detalhes do meio ambiente e particularidades do povo foram prospectados em momentos de observações *in loco*, em diálogos informais com moradores e durante aplicação de entrevistas abertas. Eles mostram peculiaridades que vitalizam a cultura, permitindo o exame, apreensão, atualização e ressemantização conceitual, procurando corrigir danos paradigmáticos antigos e recorrentes e apontando a riqueza ancestral que resiste nas memórias e se perpetua nas vivências individuais e grupais.

A fim de tornar mais fácil a compreensão leitora, optou-se por transcrição das falas, concedendo atenção especial a marcas linguísticas coloquiais, carregadas de subjetividade singular. Isto é: no registro das falas dos quilombolas, cuidando para preservar integralmente o conteúdo denotativo das narrativas, deu-se especial tratamento a determinadas expressões da linguagem, habituais ao colóquio camponês, que são

naturais em moradores de comunidades rurais: indivíduos de eloquência simples, às vezes avessos ao linguajar padronizado, pronunciando-se, muitas vezes, engolindo, e/ou aglutinando, e/ou modificando sons de letras, e/ou sílabas, e/ou palavras, o que dificulta a percepção e decodificação da mensagem por parte do ouvinte/leitor menos ambientado.

Resulta da interpretação das narrativas e de memórias individual e coletiva, entre outros achados, que os remanescentes do povoado quilombola Boqueirão da Arara conservam traços da ancestralidade africana recebida de antepassados, particularmente no que se refere a práticas e artefatos de sobrevivência, em conformidade com o que foi visto dos costumes tradicionais da cultura do continente africano, amparado em pesquisas de Anjos (2009).

O uso de técnicas de plantio e colheita semelhantes às descritas pelo africanista são usadas, desde gerações passadas, e ainda hoje, na agricultura sazonal e no cultivo de plantas para uso medicinal dos remanescentes do quilombo. Semelhantes aos ancestrais mais antigos, os quilombolas conservam a atividade de criação de reses e animais de pequeno porte, bem como a de coleta de frutas de pomares herdados dos antepassados, demonstrando também habilidades manuais e competência inata para produção e comércio de peças artesanais, o que lhes garantem a subsistência, promovendo a perpetuação, para os descendentes, das marcas da cultura hereditária negra.

Desenvolvimento

As imagens registradas e os momentos descritos compõem uma série de visitas e entrevistas realizadas com moradores do quilombo, em especial os mais velhos, no período compreendido entre 2013 e 2015, contendo, entre outros temas, detalhes da história da formação do povoado Boqueirão da Arara, lembranças de ancestrais e práticas educativas informais que resultam em saberes tradicionais herdados de antepassados outrora cativos na região e disseminados ao longo de gerações.

O diálogo que segue aconteceu em 22 de novembro de 2014, na residência de Raimunda Rodrigues de Lima, 89 anos, matriarca da família Rodrigues. A octogenária ainda descansava no momento em que se desenrolava a conversa, porém, enquanto isso, sua filha, Magela Geralda Lima, gentilmente acolhia a entrevista.

O questionamento à Magela inicia buscando conhecer o que para ela significa nascer e viver em quilombo. Ante a pergunta, a jovem senhora faz pausas, buscando o inalcançável, e dispara: “É coisa de índio [silêncio]”. “A senhora é quilombola?”. E,

diante da insistência, sorrindo, ela responde laconicamente: “Acho que sim. Aqui é um quilombo” (Lima, 2014).

Para melhor compreensão, quilombo, aportuguesado do original *kilombo*, possui raiz etimológica em comunidades africanas de línguas bantu: “[...] os grupos: lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se encontram entre Angola e Zaire” (Munanga, 1995-1996, p. 58), os quais se relacionam diretamente com a constituição da vertente quilombola brasileira, formada por membros dessas linhagens cativos aqui.

A incidência de moradias agrestes em quilombos, características do passado escravista, é bastante comum ainda hoje, inclusive nos momentos de revisitação das lembranças de infância, como no depoimento de D. Maria Irene (2015):

Sempre morei aqui, desde que nasci. Antes tinha a casa de meus avós, mais pra cima, mas se acabou toda, não sobrou nada, de taipa, que nem a minha. Perto da minha avó, tinha a casa de meus pais, também de taipa. Não sei como a Vicência conseguiu fazer a casa nova dela... ‘eles não deixam’.

A casa de barro batido, como a da imagem à frente, atrelada a condições precárias de vida no seio dessas comunidades carentes de conforto mínimo e garantias básicas de sobrevivência, ancora a construção de memória presente a aspectos culturais de um ponto de vista de tempos havia muito passados, invadindo o presente e se projetando para o futuro em um ciclo inacabado (Bosi, 1994).

Figura 1. S. Antônio Arlindo, D. Maria Irene e o filho do casal, Paulo César, em sua residência no povoado Boqueirão da Arara



Fonte: Tânia Gorayeb Sucupira, em março de 2015.

Ao lado de S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene, vivem S. Carlito e D. Vicência. Registros imagéticos atuais mostram a moradia moderna do casal no quilombo Boqueirão da Arara, pondo em destaque a qualidade da edificação. Embora não tenham acesso a progressos básicos da modernidade até este momento, como à luz elétrica, resultado de conflitos com proprietários de terras (Marques, 2013), possuem relativo conforto em sua moradia.

Figura 2. Residência de D. Vicência e S. Carlito, vizinhos de S. Antônio Arlindo e D. Maria Irene



Fonte: Tânia Gorayeb Sucupira, em fevereiro de 2015.

Oposta à de vizinhos muito próximos, a residência da figura acima é ampla e elevada, cercada de varanda, com sala, dois quartos, banheiro e cozinha. A construção é recente, com aproximadamente seis anos, e possui acabamento elaborado: reboco e pintura. A família conta com uma cisterna de dez mil litros, além de outros dois reservatórios menores, feitos com anéis pré-moldados, o que possibilita aos membros da família relativa satisfação das necessidades de consumo de água, desde que as precipitações na estação das chuvas sejam generosas.

A respeito da observação feita por D. Maria Irene sobre a casa moderna que D. Vicência e S. Carlito construíram, é necessário esclarecer que o artigo 68 da Constituição de 1988 deixa claro o direito de propriedade definitiva das terras aos remanescentes das comunidades quilombolas, mas faz ressalva no artigo 215, em seu parágrafo 5º, que trata do tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, o que implica a preservação do patrimônio material e imaterial.

Contudo, políticas públicas específicas, como a do Programa Brasil Quilombola, preveem estratégias e recursos destinados ao aprimoramento das condições de vida dos remanescentes de quilombos, incluindo construção, ampliação, reformas e melhorias nas suas habitações.

Visivelmente emocionados, os proprietários da residência recém-levantada relatam, baseados em memórias de tempos de sacrifício, as dificuldades enfrentadas para realizar o novo lar, erguido ao lado da casa de taipa que foi moradia do casal por muitos anos. Na fala de D. Vicência (2015): “Dobrei meu joelho no chão e pedi um voto a Deus, daí eu construí sozinha”. Cabe acrescentar que a antiga casa permanece de pé, servindo como apoio e depósito de rações para as criações da família.

Se os *quilombos* africanos, no passado, tinham na atividade agrícola os meios de subsistência, utilizando a técnica de queimada como forma de tratar a terra para o plantio, no Brasil atual a fala dos descendentes de escravos ainda remete a meios de sobrevivência a partir dessa atividade, desenvolvida com as mesmas técnicas ancestrais e por toda a família, sempre iniciando na mais tenra idade, como no relato de D. Maria Irene (2015): “Toda minha família, mãe, pai, avós sempre trabalharam na roça, desde muito cedo. Desde os sete anos, eu ia pra roça com meus pais, quando chovia ficava debaixo do plástico”. E também nas lembranças de D. Conceição (2014), a D. “Fia”: “Trabalhamos na roça com o pai, não dava tempo nem de crescer e já estava trabalhando. Depois que casei, plantava na Serra. Ia junto com o marido e os filhos. Apurava seis sacos de feijão, mas não tinha onde guardar. O milho também sobrava”.

Figura 3. D. Vicência, à esquerda, e D. “Fia”, à direita, mostrando produção artesanal feita com palha de carnaúba



Fonte: Tânia Gorayeb Sucupira, em fevereiro de 2015.

A economia que Munanga (1995-1996) cita, eventualmente baseada no comércio, verifica-se ainda hoje no cotidiano de subsistência de moradores do Boqueirão da Arara, conforme visto na imagem acima e percebido na fala de D. Vicência (2015): “Faço boneca, vassoura, espanador, bolsa. Pego a palha de carnaúba do outro lado da pista, limpo, confecciono e vendo. Minha nora me ajuda a vender, já chegamos a levar de 35 peças para vender na feira da Jurema, em Caucaia”.

Igualmente, as lembranças de D. Maria Irene (2015) conseguem reconstituir com detalhes a aptidão artística de seus avós, cuja comercialização da produção artesanal compunha a renda para sobrevivência da família. Nas palavras de D. Irene (2015):

[...] O meu avô por parte de pai trabalhava fazendo tamanco e colher de pau de madeira de maniçoba. Depois ele ficou cego de um olho, por conta de um acidente com a ponta de um galho, mas continuou trabalhando no artesanato. A minha avó também era artesã, fazia louça de barro: panela, pote, alguidar. O barro ela pegava no riacho que hoje é o Açude Guararu. Os compradores dos trabalhos deles vinham aqui para buscar as peças [...].

Estudar as manifestações expressas no universo de práticas sociais que dão vitalidade à cultura, observando mobilidades, disputas e conflitos, possibilita compreender a tessitura imagético-discursiva das relações humanas e as articulações dessas com o passado, a memória que Pollak (1992) denomina herdada. Hobsbawm e Ranger (1984, p. 22) explicam que “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”.

Saberes tradicionais no Quilombo Boqueirão da Arara

Sabe-se que a educação, como produção cultural, pode acontecer formalmente, em ambientes institucionais; informalmente, ou seja, fora desses espaços; e também de maneira não intencional, explicitada em Libâneo (1994) como a educação produzida pelas influências do contexto social e do meio ambiente sobre os indivíduos.

Brandão (2007, p. 10) afirma: “[...] A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura [...]”. Nesse sentido, o universo da (re)produção de conhecimentos no seio da comunidade e os quilombolas, ainda que prejudicados no acesso à educação institucionalizada, estão plenos de saberes geracionais.

Conhecer de perto os quilombos, aprofundando o conhecimento do modo de viver dos grupos sociais de origem africana e seus herdeiros na atualidade, analisando detalhes

de sua influência na constituição da história brasileira, é importante para superar a visão preconcebida e estigmatizada.

Figura 4. D. Conceição, a D. “Fia”, moradora do quilombo Boqueirão da Arara



Fonte: Tânia Gorayeb Sucupira, novembro de 2014.

Na fotografia, D. “Fia” mostra a horta medicinal que mantém viva com muito sacrifício em face da escassez de água. Ela tem “na ponta da língua” a indicação terapêutica para cada erva que cultiva e se apressa em demonstrar os conhecimentos tradicionais:

[...] Hortelã feito chá para dor de barriga, também pode fazer cru no liquidificador, junto com malva, corama e mastruz. Chá de alfavaca para diabete. Para o estômago, casca de laranja, hortelã e alho. Para queda de cabelo, aplicar a babosa diretamente, prender o cabelo e esperar: ‘santo remédio’. Água de coco direto no cabelo também é bom. Eu cresci sabendo isso. O uso da babosa para tratar o câncer e inflamações, eu vi na TV [...]. (Conceição, 2014).

“O que seria a individuação senão uma reinvenção de si, a partir de um mergulho anímico no que em nós é improvável, partindo de uma especial atenção às narrativas ou mitos que nos constituem?”, Palomo (2006, p. 68) instiga. Saberes acumulados ao longo do tempo e transmitidos entre as gerações para serem aplicados cotidianamente nas demandas por saúde vêm à tona, “[...] numa releitura do mito pessoal pelo sujeito, se considerarmos que todo o mito possui incontáveis variantes” (Palomo, 2006, p. 68).

D. “Dica”, a matriarca da família, transmite saberes de medicina natural acumulados dos descendentes, mas reconhece as limitações físicas que o tempo impõe ao próprio organismo, ressaltando suas fragilidades orgânicas atuais perante o consumo de determinadas ervas tradicionalmente terapêuticas. Em suas palavras: “Antigamente, quando a gente tinha uma dor no pé da barriga, corria para o mato e pegava a xanana

pra fazer chá, mas, hoje em dia, se eu tomo remédio do mato, assim, intoxica meu corpo todinho” (Raimunda, 2014).

Realizar pesquisas acadêmicas em comunidades tradicionais brasileiras, socializando características e particularidades dos povos originais, bem como aspectos da sua história e cultura define a composição do alicerce historiográfico da nação. Superar a visão estereotipada e aproximar o olhar científico nesses grupos sociais descortina o esforço empreendido, semelhante ao de muitos outros quilombos brasileiros (SANTOS, SILVA, SATO, 2015), para obter reconhecimento institucional e acesso a bens sociais: saúde, educação e emprego, entre outros.

Na imagem adiante, a reunião da Associação dos moradores do quilombo acontece no interior do templo evangélico. Nessa ocasião, a representante do povoado, Madalena Prata, informa acerca de avanços nos trâmites relativos ao processo de regularização do território quilombola, bem como expõe benefícios conquistados, conduz debates e medeia diálogos e eventuais conflitos.

Figura 5. A comunidade agrupada em encontro da associação de moradores do quilombo, com Madalena Prata, presidente da associação, à frente do grupo. As reuniões acontecem, em geral, no primeiro sábado de cada mês



Fonte: Tânia Gorayeb Sucupira, setembro de 2013.

Movimentos populares e lutas sociais, intensificadas desde o século passado, garantiram aos quilombolas um conjunto de leis específicas e legitimadas na Carta Magna, direitos inalienáveis e acesso a políticas de benefícios governamentais, tais como educação, saúde, mobilidade urbana e qualificação profissional.

Figura 6. Reunião de moradores do povoado Boqueirão da Arara



Fonte: Tânia Gorayeb Sucupira, novembro de 2014.

A imagem acima mostra a articulação dos moradores em mais uma reunião ordinária da Associação de moradores do Boqueirão da Arara, acontecendo na sede própria. Ressalta-se na imagem, à esquerda de Madalena Prata, a sua filha, a qual se distrai fazendo uso das novas tecnologias digitais, interagindo com aparelho celular moderno.

O movimento negro: escravidão, lutas sociais e conquistas cidadãs

A compreensão dos matizes que interpenetram um tema político, consoante Martinho Rodrigues (2010b), implica o esforço e desafio de ponderar e interpretar a complexidade dos diversos condicionantes relacionados com aspectos organizacionais, culturais e sociais, bem como suas influências e repercussões na estrutura e conjuntura da economia e da sociedade.

A realidade prospectada nos quilombos, na atualidade, ante o conteúdo bibliográfico da participação dos africanos cativos no construto político e institucional, permite nova compreensão desse arcabouço, possibilitando ressemantizar significações, em acordo com Moura (2012), quando apresenta a questão das comunidades negras como fruto de um processo de resistência, mas também de consolidação de território e reprodução de modos de estar no mundo, de ver e viver a vida.

Nos idos do Brasil Colônia, o Conselho Ultramarino sanciona leis discriminatórias, associando aos quilombolas a imagem de escravos rebelados, fugidiços e embrenhados, conforme Moura (2012) e o Decreto n. 528, de 28 de julho de 1890, do Governo Provisório da República, impedindo a entrada no Brasil, acrescenta Cintra (2012), de imigrantes originários da África e Ásia, senão mediante restritas condições.

É importante recuperar Cunha Junior (2013, p. 32): “[...] Dentre as disputas por formação dos Estados Nacionais Africanos é que os portugueses encontram uma brecha de penetração [...]”, bem como Mattoso (*apud* Lobo, 2008, p. 133): “Nos séculos XVII e XVIII, porém, são as guerras, [...] empreendidas para conquistar não terras, mas homens, as fontes essenciais do tráfico negreiro” para ressaltar que o europeu fez uso de uma prática já comum entre a maioria das comunidades, tribos e impérios daquele continente.

Estudos dão conta de que cerca de cinco milhões de escravos africanos entraram no Brasil na época escravista, sem contar os mortos durante o processo de captura ou durante a viagem. Após três séculos de tráfico humano, “[...] pelo censo de 1872, para uma população total em torno de 10 milhões, ainda havia 1,5 milhão de escravos no Brasil”, conclui Lobo (2008, p. 131).

Quando Lobo (2008, p. 127) afirma que “[...] Não houve instituição mais duradoura, mais persistente e mais conservadora do que a escravidão no Brasil, o último país a extingui-la, atravessou incólume quatro séculos da história Brasileira [...]”, de certa forma fundamenta o estigma racial de que ainda lateja no seio da sociedade contemporânea, reverberando em espaços e relações sociais do cotidiano nacional.

Os horrores da prática escravista são agravados na chegada. Homens, mulheres, jovens e crianças ficam expostos nas ruas para comercialização sob condições degradantes: esqueléticos e amontoados nas ruas, com peles cobertas de pústulas e mazelas. Ora conquistariam o interesse comercial dos mercadores de escravos, mas sempre seriam alvo de humilhações, ojeriza e escárnio.

A estudiosa lembra a exploração do negro pelo negro, já que alforriados também possuíam escravos, sem contar o sofrimento das mulheres, em particular. Vítimas constantes de abusos sexuais e estupros dos seus senhores, o que ocorria desde a tenra idade, ainda corriam o risco de pagar com a própria vida, caso se tornassem alvo do ciúme das sinhás ou mesmo de seus companheiros negros.

Ainda que provocados a relembrar, das memórias dos moradores do Boqueirão da Arara não surgem lembranças de queixas feitas por seus antepassados que reportem a maus-tratos, castigos ou sofrimentos enquanto escravos, ocorrendo, inclusive, o contrário, como no depoimento de D. Raimunda (2014), carinhosamente chamada D. “Dica”:

[...] Eu tirava borracha mais o papai. O papai plantou o sítio e ainda está plantado. A mãe chamava Francisca Vieira. Ela nasceu na Serra do Juá. O pai dele tinha vendido o terreno dele e vieram todos pro Boqueirão. Ele não contava muito, era muito calado. Ele morava na Serra do Juá. Era muito trabalhador, tirava borracha na Serra, e eu tinha pena e ia

com ele. A mãe ficava em casa, lavava roupa pra fora. Estudei, mas não aprendi nada, saí pra trabalhar e ajudar a mãe. Os meus pais eram católicos, mas depois foram pra igreja dos crentes. Trabalhava no roçado, lavando roupa, na Serra do Juá. Não pude estudar porque tinha que lavar roupa pra ajudar os pais a criar os irmãos, porque o pai ganhava pouco. Quando nova, era muito ativa, andava pra todo lado, ia na igreja. No começo, eu era católica, depois fui para a igreja evangélica. Uma vez eu estava trabalhando, quando fui chamada pra tirar a foto. Estava capinando. Foi D. Maria Caiara, a minha patroa, quem tirou a foto [...].

Em outro momento, D. “Dica” vai passando o conjunto de fotos antigas, uma a uma, sob as vistas cansadas. Vez ou outra dá um sorriso de contentamento, até se deter no retrato de sua própria imagem, recordando-se da antiga patroa com carinho.

Figura 7. D. “Dica” apreciando seu retrato antigo tirado pela patroa, D. Maria Caiara



Fonte: Tânia Gorayeb Sucupira, novembro de 2014.

D. “Dica” não mostra sofrimento em suas recordações, além daquele inerente aos sacrifícios impostos pela condição humilde, embora reconheça o relativo alívio no qual vivem atualmente, por conta da pensão social que vêm recebendo. Contudo, ela se recorda que o avô vendeu sua propriedade antes de se mudar para o Boqueirão, o que leva a crer que a condição de escravo não o impediu de possuir terras.

D. Magela Lima (2014), ao recordar-se dos avós, fala feliz: “Vovô gostava de prosa, de brincar. Uma vez corri atrás do pai do papai, o João, e ele caiu, escorregou, caiu no liso, e eu ri muito. Era bom, ainda me lembro, todo mundo morava perto, no pé da Serra. A vó Chicuta gostava tanto de trabalhar [silêncio]”. É visível o sentimento suave que emana da recordação: como “[...] feridas abertas pela memória” (Rouso, 2002, p. 95).

Por sua vez, D. Maria Irene (2015) se recorda dos avós e até de bisavós, como aqui:

[...] Por parte da minha mãe, era o vovô Marcelino Saraiva de Moura, mas morreu antes de eu nascer. Minha bisavó, escrava, morreu ao dar à luz a minha avó, também escrava, e que era muito alegre. A vovó trabalhava para Seu Raimundo Batista e morava na casa dele, recebendo dinheiro como pagamento para fazer o serviço da casa e juntar feijão. Ela gostava muito dos patrões [...], era bem tratada. A esposa do Seu Raimundo era minha madrinha. Minha avó lavava roupa, fazia mingau e gostava de fazer renda enquanto as netas catavam piolho na cabeça dela: ela adorava ficar fazendo renda com bilro de coco, e nós catando piolho [risos] [...].

Em seu depoimento, D. Maria Irene não esconde as marcas deixadas pela vida sofrida, carente de recursos e condições mais confortáveis de sobrevivência. Porém, as lembranças dos tempos difíceis não são suficientes para sufocar as boas recordações, especialmente quando se referem ao passado e à vida de seus pais e avós.

Falando de seus antepassados, D. Vicência (2015) se recorda de outros quilombolas e seus modos rústicos de sobrevivência:

[...] Meu pai e o irmão dele eram índios. Mas, naquele tempo, se falava que todo mundo era índio. É que, na verdade, eram os quilombolas. Na Serra do Juá, lá em 'riba', tinha uma família, a dos Quirinos, que vivia por conta deles. Não tinham roupa, amarravam um saco na cintura e cozinhavam no chão, no fogo de lenha. Quem conta tudo é seu Antônio, o 'Mãe Preto' e mais o Kaninana, meu parente. Seu Antônio conta porque viu, quando criança. Viviam no chão, se vestiam com saco de estopa e eram muitos ali [...].

Sem sombra de dúvidas, o sofrimento dos africanos durante a escravidão é incontestável, o que deixou marcas profundas também na dignidade humana desses povos, refletindo negativamente nas diversas instâncias sociais ao longo do tempo. O domínio, controle e exploração de corpos e mentes, como em Foucault (1987), propaga-se subliminarmente no senso coletivo, através da internalização de sentimento depreciativo fundado em discriminação e preconceito.

Se as teorias do racismo se consolidaram no Brasil na época da escravidão de africanos e no abandono deles após a abolição, é na vertente de ideias que associou os corpos negros a marcas inatas de erotismo, vagabundagem e crime que o estigma racial se perpetua e avança no tempo e no espaço.

Em um esforço de ressemantização, a desconstrução do discurso tendencioso principia no início do século XX (Cunha Junior, 2012). Grupos intelectuais negros desmontam textos tradicionalistas, que mostram o povo negro resignado e passivo à condição social inferior, com narrativas que evidenciam o aspecto revolucionário, heroico e resistente dos povos africanos e seus descendentes na história do Brasil.

Multiplicam-se os movimentos sociais e as discussões em torno de problemáticas relacionadas com estigmas e preconceitos raciais, a fim de ressignificar conceitos e redefinir paradigmas para a participação dos povos e da cultura africana no construto cultural brasileiro. A década de 1970 marca a presença de segmentos negros representativos.

Jesus (1997, p. 56) aponta o esforço do Movimento Negro Unificado (MNU) de desconstrução de estigmas sociais, buscando sensibilizar profissionais de gestão da educação no intuito de promoção da eliminação de palavras e expressões que são usadas de maneira preconceituosa e racista, tais como: “[...] denegrir, o dia está negro, a coisa está preta, mercado e câmbio negro, magia negra, humor negro, lista negra, buraco negro e outras [...]”, as quais associam conceitos, sentimentos e emoções negativas ao negro.

Exemplo exitoso de reflexo da luta popular, em acordo com Cintra (2012), a Fundação Cultural Palmares, instituída em 1988, volta-se para a promoção e preservação da arte e cultura negras, fomentando e produzindo manifestações artístico-culturais brasileiras de matriz africana, protegendo o patrimônio material e imaterial afro-brasileiro e se responsabilizando pela emissão de certidões de autodefinição de comunidades negras tradicionais, parte do processo inicial de titulação de terras quilombolas.

Na esteira desses movimentos sociais, ações afirmativas ganham força, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), cuja finalidade de preservar os direitos das comunidades remanescentes de quilombos abre também espaço ao debate favorável à criação do Estatuto da Igualdade Racial (EIR), posteriormente aprovado e sancionado, através da Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

É importante destacar que o EIR institui garantias legais à população afrodescendente, entre outras: “[...] igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2010, p. 7). Além de avanço jurídico importante para reconhecer e assegurar os direitos desses brasileiros, o estatuto torna legais ações de caráter reparatório.

Mormente, o que se percebe na tessitura das relações sociais, até hoje, é que o estigma do passado em torno das populações africanas e afrodescendentes é recorrente: ainda é forte a imagem de quilombo ligada à reunião de negros em lugares ermos e fugindo da opressão. Daí a urgência, na avaliação de Souza (2013), de uma política educacional voltada para a melhoria das relações etnicorraciais.

Nesse sentido, a crítica de Gomes (1997) ao modelo escolar se refere ao predomínio de práticas e valores discriminatórios, propondo intervenção em programas de material escolar e produção de livros didáticos com fins de corrigir defeitos conceituais e falta de atenção às singularidades do discurso e pluralidades existentes entre os sujeitos distintos. Com suas palavras: “Enquanto a escola brasileira omitir a resistência negra, realizar equívocos e distorções históricas, veicular a falsa imagem de negro como amorfo e indolente estará contribuindo para reprodução do racismo” (Gomes, 1997, p. 21).

Evidentemente compreensível, o alvo principal dos movimentos sociais é o complexo educacional, por ser aparelho privilegiado de formação cidadã e ambiente de produção cultural de caráter abrangente e universal, alcançando a maioria da população, em todas as camadas sociais, bem como por se tratar de sistema articulado no território nacional.

Para tanto, Cunha Junior (2013) defende a necessidade de redefinição dos conteúdos desenvolvidos nos cursos de Pedagogia, mais do que nunca carentes de disciplinas que contemplem o estudo da história e cultura africanas, as especificidades presentes nas relações étnicas no Brasil e a interculturalidade a partir da diversidade cultural. Em especial, a formação precisa de enfoque no estudo e compreensão dos pontos nevrálgicos das interações sociais, de forma a superar questões que suscitam conflitos e tensões que perpetuam e ampliam desigualdades sociais, políticas e econômicas produzidas e reproduzidas nas relações entre indivíduos e grupos.

Sobretudo, pesquisar outros aspectos da presença cultural africana e afrodescendente na formação histórica brasileira facilita ressignificar conceitos antigos e desafiar preconceitos recorrentes, arraigados no imaginário nacional. Mais ainda: conhecer e socializar outras perspectivas da sua contribuição à cultura nacional pode retificar conteúdos pedagógicos, etnográficos, sociológicos, antropológicos e de demais áreas do conhecimento, reparando danos paradigmáticos e facilitando a modificação do currículo educacional brasileiro.

Sendo assim, sancionada em 2003, a Lei n. 10.639 impacta diretamente o sistema de educação formal. Pela lei, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira torna-se obrigatório e universal na educação básica e o conteúdo programático deve apresentar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política da História do Brasil. O decreto institui, ainda, o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Nessa forma, fica claro o objetivo institucional da Lei n. 10.639/2003: interferir nos processos de escolaridade do indivíduo para ampliar os estudos de temáticas relacionadas

com Africanidades e Relações Étnicas, a fim de redimensionar a influência africana e reconceituar referências negativas do universo de representações sobre a cultura e a vida da população afrodescendente, a fim de modificar e igualar significações frente às representações de base eurocêntrica, até então dominantes na sociedade.

A Lei 12.711/2012 garante a reserva de 50% das vagas em universidades públicas e institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, ou de cursos regulares, ou ainda vindos da educação de jovens e adultos. Os critérios para a concessão do benefício preveem, além da condição socioeconômica, a prerrogativa por autodefinição étnica, destinando um percentual mínimo, do total reservado, para pretos, pardos e indígenas no estado.

Todavia, existem controvérsias quanto à validade dessa política no que tange à cota racial para inclusão efetiva em instituições públicas ou privadas da parcela afro-brasileira da população realmente carente de ação afirmativa. Longe de ser um caminho de solução de desigualdades e reparo de desvantagem antiga, a lei tropeça em argumentos contrários (Martinho Rodrigues, 2010a).

Para os autores, a ação não amplia a oferta de vagas, apenas redistribui as já existentes, isso sem contar que o sistema não contempla os alunos igualmente excluídos e que se encontram em escolas particulares de baixo padrão, além de não considerar o aspecto da qualidade diferenciada das escolas públicas, umas em relação às outras. Alegam que a política é discriminatória, uma vez que os concludentes do ensino médio são minoria, portanto não representam o conjunto populacional dos mais carentes.

Conclusão

Tudo posto, conclui-se que, na atualidade, os quilombos continuam representando espaços comunitários nos quais grupos sociais organizam-se para superar os desafios impostos pela luta por sobrevivência. Contudo, o objetivo dos esforços concentrados, hoje, é terem reconhecidos seus direitos na condição de descendentes de escravos, conforme expresso em leis, e terem atendidas suas reivindicações por condições dignas de inserção na sociedade: acesso à educação, saúde, trabalho e mobilidade urbana, entre outras necessidades de subsistência.

Ainda que no imaginário coletivo seja forte e recorrente a concepção de quilombo como território marginalizado, carente de recursos tecnológicos e isolado dos centros urbanos, o Boqueirão da Arara, a exemplo de outros, demonstra novas concepções. A ressignificação de conceitos arraigados e a reconstrução de imagens cristalizadas,

característicos das pesquisas sistematizadas, oferecem nova compreensão desses grupos, mais adequada ao formato desses povoados na atualidade.

Até a sociedade livrar-se do estigma racial consolidado em séculos de humilhação e exploração servil de africanos escravizados, a Carta Magna brasileira contém mecanismos institucionais jurídicos, como leis e estatutos, que afixam aos afrodescendentes prioridade, garantia e prerrogativa para acesso à educação e trabalho, além de dispositivos legais contra a discriminação e o preconceito e um conjunto de políticas e programas sociais, como as ações afirmativas para concessão de direitos específicos.

Finalmente espera-se que este estudo possa contribuir para divulgar à sociedade novas concepções acerca de quilombos e quilombolas na atualidade, aqui vistas nas particularidades que estão expostas do Boqueirão da Arara: meio ambiente, grupos humanos, práticas educativas e artefatos culturais, as quais mostram modos de vida próprios desses coletivos sociais, mais alinhados com o progresso tecnológico e a modernidade.

Para além disso, intenta-se enriquecer o acervo de pesquisas sistematizadas em comunidades tradicionais, de forma a proporcionar fonte de pesquisa para estudantes e interessados em historiografia, cultura tradicional e ciências sociais, além de fornecer dados para complementar conteúdos curriculares e programas de estudos de cultura afrodescendente e afro-brasileira, servindo a esta e a futuras gerações de pesquisadores.

Referências

- ALBERTI, V. Fontes orais: história dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes orais*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANJOS, R. S. A. *Quilombos: geografia africana – cartografia étnica territórios tradicionais*. Brasília, DF: Mapas & Consultoria, 2009.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24

de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas*. Brasília, DF: Seppir, 2013.

CINTRA, B. *Estatuto da igualdade racial: ciclo de palestras conheça mais*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2012.

CONCEIÇÃO. *Entrevista concedida por Conceição*. 22 nov. 2014. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

CUNHA JUNIOR, H. Diversidade etnocultural e africanidades. In: JESUS, R. de F. et al. (orgs.). *Dez anos da Lei 10.639/03: memórias e perspectivas*. Fortaleza: UFC, 2013.

CUNHA JUNIOR, H. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 11, n. 129, 2012, p. 158-167.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, D. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, N. L. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, P. B. G.; BARBOSA, M. A. (orgs.). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro*. São Carlos: UFSCar, 1997.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IRENE, M. *Entrevista concedida por Maria Irene*. 14 mar. 2015. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.

JESUS, I. F. O pensamento do MNU – Movimento Negro Unificado. In: SILVA, P. B. G.; BARBOSA, M. A. (orgs.). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro*. São Carlos: UFSCar, 1997.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, M. G. *Entrevista concedida por Geralda Magela Lima*. 22 nov. 2014. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.

LOBO, L. F. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOZANO, J. E. A. Práticas e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARQUES, J. G. *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dos remanescentes de quilombo da comunidade povoado Boqueirão da Arara*. Fortaleza: Incra, 2013.

MARTINHO RODRIGUES, R. A (i)legitimidade das políticas públicas (A república entre a igualdade e a especificidade). *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*, Fortaleza, v. 9, n. 11, 2010a, p. 318-355.

- MARTINHO RODRIGUES, R. O desafio da esfinge: um estudo das várias faces do estado brasileiro. In: VASCONCELOS, J. G. et al. (orgs.). *Fontes, métodos e registros para história da educação*. Fortaleza: UFC, 2010.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. *Guia prático da história oral*. São Paulo: Contexto 2011.
- MOURA, C. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOURA, G. *Quilombos contemporâneos: resistir e vencer*. Brasília, DF: FCP, 2012.
- MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, v. 28, 1995/1996, p. 56-63.
- PALOMO, F. *A contra-reforma em Portugal (1540-1700)*. Lisboa: Horizonte, 2006.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RAIMUNDA. *Entrevista concedida por Raimunda*. 22 nov. 2014. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2014.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SANTOS, E. G. dos. SILVA, R. A. da. SATO, M. T. A percepção de gênero e ambiente das (os) estudantes da comunidade quilombola de Mata Cavalão. *REMEA Revista Eletrônica de Mestrado em Educação, Edição Especial Dossiê: Educação Ambiental*, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015, p. 148-163.
- SOUZA, A. M. *A Lei 10.639/03 e a literatura luso-africana e afro-brasileira na escola*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SUCUPIRA, T. G. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- VICÊNCIA. *Entrevista concedida por Vicência*. 14 fev. 2015. Entrevistadora: Tânia Gorayeb Sucupira. Boqueirão da Arara, Caucaia, Ceará, 2015.
- TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- WUNENBURGER, J. J. *O imaginário*. São Paulo: Loyola, 2007.

*Submetido em: 02-03-2017.
Publicado em: 30-04-2017.*